



Handwritten signature

Reunião ordinária – Ata n.º 22/2016

Data 2016-08-29

Início 14.33 horas

Local Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo: 15.40 horas

Presenças:

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	Maria Beatriz Schulz Nunes
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

O Sr. Vereador Rui Miguel dos Santos Serrano não participou na reunião por se encontrar em gozo de férias.

Não podendo estar presente na reunião, por se encontrar ausente, o Sr. Vereador João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro solicitou a sua substituição nos termos do artigo 78.º da L.A.L., pelo cidadão do PSD imediatamente a seguir na ordem da lista concorrente à Câmara Municipal, Maria Beatriz Schulz Nunes.

Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos:

BALANCETE

INFORMAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE:

N.º 01 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR DURANTE O MÊS DE JULHO DE 2016 (55/PGEN/PR/2016 - 15/DIVER/PR/2013)

GABINETE DE COMUNICAÇÃO:

N.º 02 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – julho de 2016 (12/PGEN/GC/2016)

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:

N.º 03 – UTILIZAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO TARIFADO NO TERREIRO



9.
[Signature]

DE D. GUALDIM PAIS – Regimento de Infantaria n.º 15 (5294/ENTE/DAJA/2016 - 24/DIVER/PR/2013) -----

N.º 04 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE CASAIS - Receção definitiva (3094/ENTE/DAJA/2016 - 46/CONPUB/DOM/2013) -----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 05 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (121/PEDI/DGT/2016 - 183/EDIF/DGT/2016)-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 06 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À TABELA DE PREÇOS A PRESTAR PELOS SERVIÇOS DA UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE (4/PPRC/UDJ/2016)-----

N.º 07 - PROPOSTA DE NORMAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM DE TOMAR (5/PPRC/UDJ/2016) -----

N.º 08 - UTILIZAÇÃO DE PAVILHÃO DESPORTIVO – Associação de Shotokai de Portugal (5397/ENTE/DAJA/2016 - 1/CEDESP/UDJ/2014)-----

UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----

N.º 09 - CONCURSO PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS POR INSCRIÇÃO 2016 (8/ESPP/UISE/2016 - 1/HABSOC/DEAS/2013)-----

N.º 10 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE TOMAR E O ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P. (4962/ENTE/DAJA/2016) -----

EXPEDIENTE: -----

N.º 11 – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OURÉM – Representação da Câmara Municipal de Tomar (5386/ENTE/DAJA/2016)-----

N.º 12 – DANOS CAUSADOS EM ESTUFA PELO INCÊNDIO NO DIA 7 DE JULHO, NA PERDIGUEIRA, FREGUESIA DE ASSEICEIRA – Pedido de apoio (5586/ENTE/DAJA/2015)

Sendo catorze horas e trinta e três minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião e deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----

O Sr. Vereador António Jorge perguntou se ainda não estão feitas as contas da Festa Templária.-----

A Sra. Presidente recordou que a reunião entre os parceiros se encontra agendada para a segunda semana de setembro. -----

Continuando, o Sr. Vereador António Jorge referiu que, no ano passado, veio na ordem do



J.
M.

dia o esclarecimento e informação sobre o material cedido para o festival Bons Sons e perguntou se virá igualmente ao conhecimento do Executivo informação relativa à ajuda concedida pelo Município à edição deste ano.-----

A Sra. Presidente respondeu que, para além do apoio aprovado pelo Executivo no âmbito do apoio ao associativismo foi cedido aos Bons Sons um conjunto de equipamento, cujo levantamento está a ser realizado, para ser trazido ao conhecimento dos Srs. Vereadores.-----

O Sr. Vereador António Jorge referiu que a população fala e está a sentir a invasão de pins e pilaretes na cidade, salientando que não sabe até que ponto seria a melhor solução, sendo certo que o descontentamento é imenso. Disse que está a haver uma intoxicação deste material ferroso, que o pilarete se substitui à autoridade e que não era preciso tanto. Salientou que alguns passeios até são pequenos e com a margem do pilarete em relação ao lancil, e a distância destes às habitações e estabelecimentos, acaba por causar constrangimentos à circulação de peões, cadeiras de rodas ou carrinhos de bebé. Perguntou se existe algum estudo técnico para essa distribuição de pilaretes na cidade, que não deve ser barata, nomeadamente quanto à seleção das ruas contempladas.-----

A Sra. Presidente referiu que, em resposta a um requerimento apresentado a propósito da colocação de pilaretes na Praça da República, foi enviada a todos os vereadores listagem das ruas que iam ser alvo de colocação de pilaretes, e respetivos custos, sendo certo que os passeios são para os peões, não para os carros, e que, na avenida Marquês de Tomar, onde está a decorrer a substituição e colocação de pilaretes, já existiam barbatanas e eram recebidas muitas queixas de pessoas que tropeçavam e/ou caíam. -----

A Sra. Vereador Beatriz Schulz começou por perguntar se já está disponível a lista das escolas que vão ser destinadas a habitação social, bem como dos edifícios que não estão integrados em bairros sociais, conforme o PSD aguarda há várias reuniões. Alertou para a falta de iluminação que tem havido na cidade, nomeadamente atrás da Câmara e na travessa da Misericórdia, pois pode gerar mais insegurança. Referiu que, em particular, tem questionado a Sra. Presidente e o Sr. Vice-Presidente sobre os motivos pelos quais o campo de jogos sito na travessa Dr. José Oliveira Baptista se encontra fechado há mais de um ano, formulando agora publicamente a pergunta, até para ficar registada a resposta. Referindo-se aos pilaretes, reforçou a ideia que Tomar é uma cidade histórica e bastante fotografada, talvez das mais fotografadas no país, inclusivamente no chamado turismo fotográfico a que se assiste nas redes sociais e na comunicação social, e o que está a acontecer é quase um atentado numa cidade que tem cento e setenta e dois anos e um centro histórico com mais de oitocentos,



[Handwritten signature]

estando a Câmara, como disse o Vereador António Jorge, a substituir a PSP. Referiu que nunca houve uma tamanha invasão de carros em cima do passeio que justifique esta situação e, face às situações que todos conhecem, como na Praça da República, por alguma razão existe a polícia e existem multas e alertas da PSP. Disse que a Marquês de Pombal está muito feia e que, com certeza, há outras hipóteses, inclusivamente a colocação de uns vasos que existiam - não sabe se vão ser repostos ou não, mas, por mais que a madeira tivesse que ser tratada e limpa, davam uma beleza completamente diferente. Sublinhou que, de quatro em quatro anos, há uma semana em que acorrem a Tomar milhares de pessoas e não consegue imaginar como será com os pilaretes, para além da questão dos custos, certamente avultados, e das prioridades. Reforçou que, ainda agora, verificou que os contentores estão cheios de lixo e talvez o custo destes pilaretes que estão em demasia pudesse ser aplicado noutra espécie de prioridades, para além de que a Sra. Presidente se queixa de que não há funcionários e que os que há estão muito ocupados, mas, mais uma vez, se revela que os funcionários estão a ocupar o seu tempo numa coisa que talvez não seja assim tão prioritária. Sublinhou que, entre outras coisas, as ervas estão para ser retiradas (apesar de, claramente, se assistir a uma melhoria), o lixo está para ser removido, as ruas estão para ser limpas, as passadeiras mal se veem, pelo que, realmente, os pilaretes não são uma prioridade. -----

A Sra. Presidente esclareceu que a deficiência na iluminação não se verificou apenas nos locais referidos pela Sra. Vereadora, tem havido candeeiros desligados noutras partes da cidade, tendo já ocorrido a notificação da situação à EDP. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão começou por referir-se à questão dos pilaretes porque também vai assistindo às discussões que vão acontecendo nas redes sociais, e noutras meios, e se compreende o que acontece à mesa do café e no facebook, que se transformou numa espécie de mesa de café, já lhe parece mais estranho que se tragam os mesmos argumentos para a reunião da Câmara. Disse que, de facto, infelizmente, aquilo que obriga à colocação dos pilaretes - que, como muitas outras coisas, não são bonitos; o ideal seria que, por exemplo, não houvesse nenhuma sinalização de trânsito, porque também enche a cidade, assim como outras sinaléticas, que enchem a cidade de ruído visual, mas, infelizmente, é necessário - é a falta de civismo, em Tomar, em todo o país e em todo o mundo, porque quem critica os pilaretes, ou está de má fé a tentar confundir os outros, ou não circula muito. Disse que não é preciso ir a grandes cidades históricas para ver o mesmo tipo de mobiliário urbano, basta ir aos concelhos à nossa volta, ou a cidades e vilas bem mais pequenas que Tomar. Salientou que as pessoas se esquecem que, na maioria das situações, nomeadamente na Marquês de



9
A

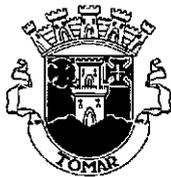
Tomar e na Praça da República, havia outro tipo de equipamento colocado, esse sim bem mais perigoso – as tais barbatanas na Marquês de Tomar ou aquelas colocações de pedra na Praça da República, onde as pessoas tropeçavam; na Praça da República, há alguns meses atrás, um carro ficou em cima de uma dessas pedras e teve que ser rebocado porque não saía de outra forma – isso sim era perigoso para os cidadãos. Reforçou que os pilaretes são um mal necessário, e muito solicitado, nomeadamente junto às escolas, porque efetivamente a falta de civismo no trânsito, no estacionamento e noutras matérias é muito grande, sendo que, no caso das escolas, alguns pais só não entram escola dentro porque não conseguem, e quem decide tem que, em primeiro lugar, ter em conta a segurança das crianças e dos cidadãos em geral. Sublinhou que quem acha que isto é algo estranho só pode ser porque nunca saiu de Tomar, é a única explicação possível, porque, em Tomar, já existiam pilaretes em vários locais, não foi este executivo que os inventou, nem é dos locais onde existem mais. Referiu que existem vários modelos de pilaretes, mas este é o mais económico, aquele que permite ser um pouco mais poupado. Quanto aos parques infantis, referiu que, em resposta a um requerimento apresentado, foram elencadas todas as situações dos vários parques fechados ou que apresentam deficiências. Salientou que os parques infantis são necessários para a população, mas começaram a ter problemas sensivelmente na mesma altura -o que não acontece por acaso, porque muitos deles foram construídos mais ou menos na mesma altura, cerca de uma década atrás, aproveitando os financiamentos então disponibilizados para o efeito, e, se calhar, nalguns, o planeamento a longo prazo não foi devidamente tido em conta, muitos dos materiais têm desgaste natural, nomeadamente ao nível das superfícies, e usaram-se superfícies que são muito boas nos dois ou três primeiros anos, mas, depois, entram rapidamente em avançado estado de degradação, e até nem são as melhores soluções ao nível da saúde. Disse que são situações muito complicadas em termos económicos, adiantando, como exemplo, o parque infantil da zona desportiva, que vai ficar em cerca de setenta mil euros, principalmente devido à superfície, e que vão ter o cuidado de ir apenas ao essencial e colocar o equipamento mais caro apenas nos locais onde tenha mesmo que ser. Sublinhou que, de memória, tem dificuldade em particularizar todas as situações, mas, na resposta ao requerimento, foi elencada a programação das diversas intervenções, sendo que, entretanto, um ou dois parques já foram reabertos. Informou que, salvo erro, o parque referido pela Sra. Vereadora é sistematicamente vandalizado por pessoas não identificadas que violam os cadeados, entram no parque à noite e, do que se depreende, o usam para outros fins, e tem que estar fechado até que sejam realizadas as intervenções necessárias, já elencadas e



Q
[Signature]

orçamentadas. Sublinhou que a situação nesta área também está relacionada com a legislação que entrou em vigor o ano passado, pois as exigências são muito maiores, sendo certo que não foi só o Município que assim procedeu, algumas Freguesias também tiveram que encerrar os parques por questões relacionadas com a ASAE, por exemplo. Quanto à lista dos edifícios para habitação social, disse que a validade do concurso termina no final de setembro e será depois apresentado o relatório onde virão todos os alojamentos realizados e serão elencados todos os edifícios utilizados para habitação social. Referiu que o requerimento relativo à lista das antigas escolas em fase de projeto ainda não foi respondido porque cruzou vários serviços, mas terá resposta assim que for possível. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques disse que, em coerência com as posições que sempre foram assumidas pelos IpT, tem que intervir sobre a questão da habitação social, sublinhando que, ultimamente não o tem feito porque considera que é um tema em que estão obrigados a ter muito cuidado quando o expõem publicamente, nomeadamente quando há famílias carenciadas a precisar de habitação social. Recordou que, na altura da discussão do orçamento, os IpT defenderam que, apesar de haver um esforço maior nesta matéria relativamente ao passado, tendo em conta que era uma prioridade absoluta, entendiam que era curto, o que não invalida que reconheçam que tem sido feito um esforço grande. Recordou que, muitas vezes, teve algumas reticências em dar o seu aval a algumas cedências de edifícios escolares para utilizações que não sabia se seriam as melhores e se não seria preferível que muitos desses espaços fossem requalificados para habitação social, seria, se calhar, uma melhor opção em termos de impacto na comunidade e no seu bem-estar. Salientou que defende claramente tudo quanto seja necessário para arranjar habitação social para as pessoas necessitadas pois entende que é uma prioridade, e tem que o ser em termos absolutos, como os IpT sempre defenderam, quer na Câmara quer na Assembleia. Referiu que nas habitações existentes nos bairros primeiro de maio e Nossa Senhora dos Anjos não há espaços para grandes famílias – recorda-se das informações que aqui foram prestadas sobre não haver habitação para os segundo e terceiro classificados no concurso que ainda está válido, devido à tipologia das habitações e à composição dos agregados familiares - e, se calhar, o espaço para essas famílias poderá vir do aproveitamento destes espaços que estão devolutos. Recordou que, em mandatos anteriores, muitas vezes, quando foram chamados a decidir sobre o exercício do direito de preferência de imóveis no centro histórico sempre defendeu essa opção, dentro de uma estratégia clara para habitação social, o que nem sempre aconteceu, sendo que alguns estão devolutos, foram assumidos encargos e não têm



9.
A

rentabilidade. Defendeu que as habitações do centro histórico que estão devolutas, algumas aqui bem perto, eram necessárias para famílias carenciadas e todo o esforço que houver nesse sentido contará com o apoio dos IpT pois, quer se queira quer não, nos tempos que correm, com as dificuldades que existem, é dramático as pessoas não terem uma habitação. Quanto à colocação de pilaretes, disse que, na curva da rua Voluntários da República, foi fundamental, sendo que, ali, o grande problema é o Plano de Pormenor daquela zona, como tem falado, no passado e agora, com o Vereador Rui Serrano. Referiu que está previsto demolir quase metade do edifício contíguo, onde era o armazém de vinhos, para arruamento, o que não faz grande sentido, assim como não faz grande sentido, pelos custos inerentes, ter um parque de estacionamento interior que dará apenas para meia dúzia de carros; assim como também não fará grande sentido haver limitações numa zona onde o comércio deve fluir. Disse que uma análise atenta ao referido plano de pormenor permite verificar que há zonas onde há comércio e o plano não o prevê, e outros onde não há comércio e o Plano o prevê. Defendeu que devia ser dada possibilidade a todos os investidores de poderem fazer comércio no rés-do-chão, pois isso era fundamental naquela zona. Referindo-se ao Plano de Pormenor do Centro Histórico adiantou que, quando foi aprovado na Cimeira Europeia de Edimburgo, foram aprovados três por país e o de Tomar foi considerado o melhor projeto, mas foi sempre e constantemente adulterado, e a revisão tarda. Referiu que é um plano que, no máximo, devia ser para sete ou oito anos, e já está com vinte, um pouco à semelhança do PDM. Defendeu que o tempo decorre, as ideias podem ser outras e é fundamental que haja uma evolução no sentido de preservar o centro histórico. Referiu que não gosta nada do que vê no Pelourinho, por exemplo, embora se tenha disciplinado o tráfego e o estacionamento, mas, se calhar, não foi da maneira mais estética, assim como na Praça da República, onde entende que se devia disciplinar, mas não sabe se foi a melhor solução em termos arquitetónicos. Defendeu que deve haver o maior cuidado em tudo quanto se relacione com o centro histórico, e haver algum debate, porque, depois das coisas feitas, pouco ou nada há a fazer. Referiu que a Ponte do Flecheiro está feita como está e não vale a pena pensar em mudá-la de sítio, ou continuar a discutir o assunto, a menos que se elimine a pequena faixa central - questiona porque é que, há cinquenta ou sessenta anos, se fez uma ponte com quatro faixas e, há dez anos, se fez uma ponte apenas com três; só quem nunca lá passou e viu um acidente no sentido ascendente, o trânsito todo parado e uma enorme confusão pode defender que está bem, mas é daquelas coisas que, quando se fazem, dificilmente se alteram. Referiu que, na ordem do dia de hoje, está uma receção definitiva de algo que tem uma dimensão que não se justificava, e,



q.
[Signature]

no futuro, vão pagar isso. Reforçou que as coisas que têm caráter definitivo se tornam muito complicadas se não são discutidas previamente, não se ouvem opiniões e não são devidamente ponderadas. Defendeu que podia ter havido outro cuidado no centro histórico, embora perceba, e concorde, que as barbatanas que existiam na Marquês de Pombal eram causa de quedas constantes e de algumas situações graves. Reiterou que a suspensão e revisão do Plano de Pormenor do Centro Histórico não pode tardar porque está a prejudicar muita gente. -----

A Sra. Presidente referiu-se às casas devolutas no centro histórico em que a Câmara exerceu o direito de preferência, informando que está a decorrer o prazo de apresentação de propostas para realização da empreitada de recuperação da habitação na rua Pé da Costa de Cima, com o valor base de oitenta mil euros, e está a ser finalizado o caderno de encargos para o lançamento da empreitada de recuperação da casa da rua Gil Avô. Recordou que a Assembleia Municipal autorizou a candidatura ao programa Reabilitar para Arrendar, do IHRU, que contemplou estas duas casas, mais seis habitações do bairro primeiro de maio, programa que tinha associado um empréstimo com o BEI, processo que está parado no IHRU. Disse que incluíram estas habitações no PEDU e esperam que venham a ser objeto de financiamento pelo Portugal dois mil e vinte. No que se refere aos instrumentos de ordenamento do território, sublinhou que são um dos grandes entraves ao desenvolvimento de Tomar, dada a grande quantidade de planos em vigor e o tempo que demora a rever, suspender e alterar um plano de pormenor. Referiu que precisam da alteração do Plano de Pormenor do Centro Histórico para acomodar um conjunto de investimentos, tendo-se realizado para o efeito várias reuniões com a CCDR, mas esta entidade está a colocar sérias dificuldades, continua com visões de gabinete, continua a por entraves e mais entraves, com imposições desadequadas da realidade dos nossos dias. Sublinhou que o Plano de Pormenor das Avessadas tem coisas ridículas, como, por exemplo, permitir que, em determinado local, haja construção para comércio, serviços e habitação, a área de comércio e serviços possa ser transformada em área de habitação, mas a área de habitação não possa ser transformada em comércio e serviços, claramente numa lógica de especulação de construção nova e não daquilo que hoje se pretende que é reabilitar o que existe. Referiu que, na área do Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado, cujo processo de suspensão e alteração não está concluído, há um conjunto de investidores que querem investir, mas o plano em vigor não permite, também por causa da questão habitação/comércio/serviços. Referiu que há ainda a questão do Plano de Pormenor do Açude, que todos conhecem - todos participaram numa reunião com um possível investidor,



[Handwritten signature]

que iria rever aquele instrumento de ordenamento do território onde só está o parque de campismo, que, por sua vez, formalmente, não existe no plano em vigor na área em que está inserido. Disse que este é um problema nacional e que, ou agilizam os instrumentos de ordenamento do território, sob pena de não corresponderem à realidade e àquilo que é a vontade do desenvolvimento económico do país, ou continuam reféns de um conjunto de instituições que não dão a cara, mas mandam efetivamente no território. Adiantou que não se consegue calar com o fato de a DGPC não permitir a construção de uma rampa de acesso aos Paços do Concelho, pois o cidadão tem direito a ter acesso aos edifícios públicos e, se não permitem a implementação do que aqui foi aprovado, terão que encontrar uma solução intermédia. Referiu que a DGPC pretende que o acesso seja feito pelas traseiras – não se lembra que o acesso ao edifício tenha alguma vez sido feito por aí - e que seja construído um elevador até ao segundo piso, na ordem de milhares de euros, quando o que o cidadão quer, e precisa, é de uma simples rampa para ter acesso aos serviços, independentemente de se pensar na implementação da acessibilidade total ao edifício porque, na verdade, há cidadãos que não podem vir à sala das sessões, onde decorrem as reuniões da Câmara e da Assembleia, por exemplo, mas há soluções intermédias e tem que haver um bocadinho de bom senso. Deu ainda o exemplo, felizmente já ultrapassado, dos vestígios romanos junto ao pavilhão, que precisam de ser valorizados, e a DGPC não quer, tiveram que alterar várias vezes um projeto simples, para colocação de vidro ou material similar, luzes e uma placa interpretativa. Referiu ainda a quantidade de vezes que tiveram que se deslocar à DGPC para resolver a questão do fornecimento de energia ao Complexo da Levada, que ainda está com o contador de obra, pois têm que construir um PT e querem fazê-lo em terreno da Câmara, vedado, na rua Pedro Dias – só pode ser ali porque as infraestruturas já estão feitas; vão ter que o pagar e custa entre cinquenta a sessenta mil euros; aproveitando ainda, nessa altura, para arranjar os muros que estão a cair -, e as dificuldades que têm sido colocadas. Sublinhou que ninguém está aqui com vontade de destruir o que quer seja e as coisas têm que avançar.

O Sr. Vereador Pedro Marques referiu que o centro histórico tem muitos edifícios devolutos e têm consciência de que a maior parte dos proprietários não vai recuperá-los, questionando até que ponto o financiamento comunitário do Portugal dois mil e vinte ou o programa reabilitar para arrendar não seria uma boa solução. Defendeu que seria de esticar o mais possível para poder concretizar isso nomeadamente porque mexia na economia de Tomar. Reiterou que há planos com mais de vinte anos, idealizados com outra realidade socioeconómica, e é forçoso que se mexa neles. Adiantou que, na última reunião da Câmara



g
[Signature]

Municipal, no mandato mil novecentos e noventa e quatro/mil novecentos e noventa e oito, está lá por inteiro um programa de concurso para o plano de urbanização, que previa o lançamento de planos de pormenor para algumas zonas, que podiam não chegar ao fim, mas eram definidas regras específicas para determinadas zonas e o plano era global para toda a cidade. Adiantou que, quando não havia PDM, qualquer loteamento tinha que ir à CCDR, para aprovação, e era uma guerra, valendo um Vice-Presidente que chegava e dizia que era para resolver, que não saíam da reunião sem o fazer; quem, muitas vezes, lhe confidenciou que muitos técnicos chegavam lá vindos da escola, tinham um poder enorme e achavam que era assim que resolviam as coisas, que deviam ter passado primeiro pelo privado, depois por uma autarquia, para, antes de lá chegarem, perceberem como é o mundo e como eles, por vezes, influenciam negativamente e não deixam que as coisas avancem. Realçou que tem acompanhado um pouco a situação do Plano de Pormenor do Centro Histórico e põe-se na situação de um privado que tenha feito um investimento há três anos e esteja a aguardar a revisão do plano para por em prática um projeto com investimento feito, quando, na autarquia, está tudo de acordo. Disse que é grave, muitas vezes, os poderes de algumas instituições porem em causa, de forma burocrática, a própria autonomia e desenvolvimento do poder local e das comunidades. Disse que se devem bater para que tal não aconteça, realçando que a burocracia da administração pública central tem sido um empecilho e por isso é que defende que a descentralização de competências é fundamental, com meios, sendo que, neste caso, nem eram precisos meios nenhuns, apenas desburocratizar e dar outros poderes à administração local para resolver os problemas. Salientou que uma entidade que põe estes entraves todos, tem que perceber que está a dificultar o desenvolvimento da cidade e do Concelho, e defendeu que devem contrariar isso, e que, se for preciso, publicamente, haver uma proposta para as coisas andarem ela se faz. -----

A Sra. Presidente salientou que, mais de vinte anos depois, nada mudou no relacionamento com estas instituições, concordando que, sem dúvida, é um ataque à autonomia do poder local. No que se refere ao programa reabilitar para arrendar informou que, durante o mês de setembro, em data a determinar com o IHRU, a publicitar posteriormente, se realizará em Tomar uma sessão pública destinada a todos os proprietários privados, para explicar as vantagens e programas que existem nesta área. -----

A Sra. Vereadora Beatriz Schulz recordou que o PSD apresentou uma proposta sobre o arrendamento jovem e talvez a Câmara, neste âmbito, pudesse ter alguma iniciativa para ajudar ao arrendamento jovem no centro histórico, até porque, no início do ano letivo, era



uma boa oportunidade para incentivar que os estudantes do Politécnico viessem arrendar as suas casas nesta zona da cidade.-----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte seis de agosto de dois mil e dezasseis, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta e seis euros e quarenta e seis cêntimos (3.452.566,46€) em Operações Orçamentais, e cento e oitenta mil quinhentos e quinze euros e quarenta cêntimos (180.515,40€) em Operações Não Orçamentais. -----

INFORMAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE:-----

N.º 01 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR DURANTE O MÊS DE JULHO DE 2016 -----

Foi presente a informação n.º 210/2016 do Gabinete de Apoio à Presidência, à Vereação e à Provedoria Municipal, dando conhecimento das cedências do autocarro do Município durante o mês de julho de 2016. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar as cedências efetuadas no mês de julho de 2016 e os apoios prestados, no montante total de 4.347,50€ (quatro mil trezentos e quarenta e sete euros e cinquenta cêntimos).-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

GABINETE DE COMUNICAÇÃO: -----

N.º 02 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – julho de 2016 -----

Foi presente o relatório de custos de impressão de material a entidades externas, realizados pelo Gabinete de Comunicação durante o mês de julho de 2016. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar os despachos que autorizaram os apoios prestados, no montante global de 54,50€ (cinquenta e quatro euros e cinquenta cêntimos). -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 03 – UTILIZAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO TARIFADO NO TERREIRO DE D. GUALDIM PAIS – Regimento de Infantaria n.º 15 -----

Foi presente a informação n.º 201/2016 do Gabinete de Apoio à Presidência, à Vereação e à



9.
A

Provedoria Municipal, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento das tarifas pela utilização de lugares de estacionamento tarifado no Terreiro de D. Gualdim Pais, no dia 9 de setembro de 2016, no âmbito da visita ao Convento de Cristo, integrada no Programa D. Afonso Henriques, da Direção de História e Cultura Militar do Exército, com o apoio do Regimento de Infantaria n.º 15. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento das tarifas, ao abrigo do artigo 10.º do regulamento de estacionamento tarifado de duração limitada no Terreiro de D. Gualdim Pais e na Ermida de Nossa Senhora da Conceição. Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 04 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE CASAIS - Receção definitiva -----

Foi presente a informação n.º 4279/2016 do Departamento de Obras Municipais com remessa do auto de vistoria de receção definitiva da empreitada de construção do Centro Escolar de Casais, que conclui estar a obra em condições de ser recebida. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou receber definitivamente a obra supra referida, atento o teor do auto de vistoria de 19 de agosto, que homologa, autorizando a liberação das garantias prestadas como garantia da boa execução da obra. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 05 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----

No seguimento da deliberação de 23 de maio de 2016, foi presente o processo n.º 183/EDIF/DGT/2016, relativo pedido de parecer para constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 68, secção AA, da Freguesia de São Pedro de Tomar, de que é titular Henrique Malheiro Dias Guedes de Campos, para efeitos de doação a Isabel Maria Vigário Guedes de Campos, Henrique Manuel Vigário Guedes de Campos e Luís Pedro Vigário Guedes de Campos, com as informações n.ºs 7185/2016 e 7187/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a identificação dos compartes, conforme requerido. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 68, secção AA, da Freguesia de São Pedro de Tomar, para efeitos de doação a Isabel Maria Vigário Guedes de Campos, Henrique Manuel Vigário Guedes de Campos e Luís Pedro Vigário



91
[Signature]

Guedes de Campos, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 06 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇOS PRESTADOS PELA UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 991/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a alteração da tabela de preços do Complexo Desportivo Municipal e da pista de atletismo do Estádio Municipal de Tomar, e a minuta do protocolo de utilização das instalações desportivas municipais em regime livre.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a seguinte alteração à tabela de preços em vigor:-----

Complexo Desportivo Municipal de Tomar-----

11.6 - Funcionários do Município ou dos SMAS, Bombeiros Voluntários ou Protocolos com entidades públicas:-----

11.6.1 - 1ª Inscrição - Desconto de 50%-----

11.6.2 - Pacotes de 10 entradas - Desconto de 40%-----

Estádio Municipal de Tomar-----

4.2 - Funcionários do Município ou dos SMAS, Bombeiros Voluntários ou Protocolos com entidades públicas:-----

4.2.1 - 1ª Inscrição - Desconto de 50%-----

4.2.2 - Pacotes de 10 utilizações (pista de atletismo) - Desconto de 40%.-----

Mais deliberou aprovar a minuta do protocolo de utilização das instalações desportivas municipais em regime livre, nos seus precisos termos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 07 - NORMAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM DE TOMAR-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 1005/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal as normas para o Orçamento Participativo Jovem de Tomar 2017, que visa contribuir para o exercício de uma participação informada, ativa e responsável dos jovens nos processos de governação local, garantindo a intervenção destes e das organizações da sociedade civil na decisão sobre a afetação dos recursos.-----



9
12

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar as normas do Orçamento Participativo Jovem de Tomar 2017, nos seus precisos termos.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 08 - UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR – Associação de Shotokai de Portugal-----

Foi presente a informação n.º 992/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal, a isenção do pagamento devido pela utilização do ginásio do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, no dia 29 de outubro de 2016, para realização de Estágio Nacional de Cintos Negros, conforme solicitado pela Associação Shotokai de Portugal.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Associação Shotokai de Portugal do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----

N.º 09 - CONCURSO PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS POR INSCRIÇÃO 2016 -----

Foi presente a proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 932/2016 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a abertura de procedimento para atribuição de habitações municipais na modalidade de arrendamento apoiado, mediante concurso por inscrição, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, respetivo programa de concurso e nomeação do júri do procedimento.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou mandar promover a abertura de concurso por inscrição para atribuição de habitações municipais na modalidade de arrendamento apoiado, e aprovar o respetivo programa de concurso. -----

Mais deliberou nomear o júri do procedimento a que se refere o artigo 2.º do referido programa de concurso: Sónia Sofia Alves Bastos, que preside, Pedro Miguel Duarte Rodrigues e Vítor Manuel Maria da Silva. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 10 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE TOMAR E O ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P. -----

Foi presente a proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao parecer n.º 1/2016 da



9.

64

Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o estabelecimento de um protocolo de cooperação com o Alto Comissariado para as Migrações, I. P., com vista à implementação de um serviço de funções de acolhimento, informação e apoio a cidadãos migrantes, denominado Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo a estabelecer com o Alto Comissariado para as Migrações, I.P. e autorizar a Sra. Presidente a nele outorgar em sua representação.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 11 – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OURÉM – Representação da Câmara Municipal de Tomar -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente propondo a indicação da Chefe de Divisão de Gestão do Território, Arq.^a Filipa Cartaxo, como representante da Câmara Municipal de Tomar na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Ourém, em substituição do atual representante, Arq.^o Paulo Diogo. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou designar a Chefe de Divisão de Gestão do Território, Arq.^a Filipa Cartaxo, como representante da Câmara Municipal de Tomar na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Ourém.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 12 – DANOS CAUSADOS PELO INCÊNDIO OCORRIDO NO DIA 7 DE JULHO DE 2015 EM ESTUFAS SITAS NA PERDIGUEIRA, FREGUESIA DE ASSEICEIRA-----

Em cumprimento da deliberação de 3 de agosto de 2015, foi presente proposta da Sra. Presidente referente ao pedido de apoio formulado por Olga Lopes da Costa Ferreira, para fazer face aos estragos causados pelo incêndio de 7 de julho de 2015 nas estufas sitas em Perdigueira, Freguesia de Asseiceira, pondo em causa a sua atividade económica e o seu posto de trabalho. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir a Olga Lopes da Costa Ferreira um apoio financeiro no montante de 8.065,17€ (oito mil e sessenta e cinco euros e dezassete cêntimos).-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo quinze horas e quarenta minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----



Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

Avelina Maria Lopes Leal

Avelina Maria Lopes Leal
